

HABEAS CORPUS Nº 515.607 - SP (2019/0168704-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LEILA ROCHA SPONTON - SP246729
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONATHAN LEONARDO DA SILVA BENICIO

DECISÃO

JONATHAN LEONARDO DA SILVA BENICIO alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (Apelação Criminal n. 0066460-57.2016.8.26.0050).

Busca-se, por meio deste *writ*, seja estabelecido o aumento de 1/3 na terceira fase da dosimetria e fixado ao paciente o regime inicial semiaberto, nos autos do processo em que foi condenado à reprimenda de 5 anos e 6 meses de reclusão, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

A pretendida redução da reprimenda imposta ao paciente, nos moldes em que delineados na impetração (com o consectário daí decorrente – regime inicial mais brando), confunde-se com o próprio mérito do *writ*, em evidente caráter satisfativo, de modo que a caracterização do aventado constrangimento ilegal deve ser analisado mais detalhadamente na oportunidade do seu julgamento definitivo.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Devidamente instruídos os autos, dispensei a solicitação de informações à autoridade apontada como coatora. Ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**